

política

Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Campanha ganha ritmo

O que parecia um início de ano de baixa intensidade política ficou para trás. A corrida eleitoral de 2026 entrou em fase acelerada, com partidos estruturando alianças, agendas e colocando seus pré-candidatos em campo. Na prática, a campanha já começou, mesmo antes do calendário oficial.

PSD define nome na terça-feira

No PSD, a definição do candidato ao Palácio do Planalto deve ocorrer até a próxima terça-feira, segundo o presidente nacional da legenda, Gilberto Kassab. A disputa interna se concentra entre os governadores do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e de Goiás, Ronaldo Caiado, que representam caminhos distintos dentro do partido.

Polarização
ainda presente,
mas desgastada

A movimentação ocorre em um cenário ainda marcado pela polarização, mas com sinais claros de desgaste. Em análise à coluna, o deputado federal gaúcho Luiz Carlos Busato (União, foto) resume o momento: “O retrato que emerge das pesquisas recentes é o de um país ainda preso à lógica binária, mas já cansado dela. Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro aparecem tecnicamente empatados, numa disputa que oscila dentro da margem de erro, e revela mais do que números, mostra a persistência da polarização, mas também seus limites”.



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Caiado aposta na direita tradicional

Dentro do PSD, Ronaldo Caiado se ancora em uma agenda alinhada à direita clássica, com forte ênfase em segurança pública, conservadorismo e proximidade com o agronegócio. No entanto, disputa espaço direto com o bolsonarismo, especialmente com Flávio Bolsonaro, que já ocupa esse campo político com capilaridade consolidada.

Leite mira centro liberal e eleitor moderado

Já Eduardo Leite aposta em uma estratégia distinta. Seu discurso busca ocupar o campo da centro-direita liberal, com viés institucional e foco na superação da polarização. O governador gaúcho mira o eleitor urbano, moderado e menos identificado com os extremos.

Centro-direita liberal

Eduardo Leite ensaia outro caminho, avalia Busato: “o da centro-direita liberal, institucional e anti-polarização. Seu discurso busca o eleitor urbano, moderado e fatigado do confronto permanente, aquele que não se reconhece nem no lulismo nem no bolsonarismo”.

STF forma maioria contra
prorrogação da CPI do INSS

Relatório dos trabalhos da comissão deve ser lido e votado nesta sexta

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) formar maioria contra a prorrogação da CPMI do INSS, o presidente do colegiado, senador Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que o relatório final dos trabalhos da comissão deve ser lido e votado nesta sexta-feira.

“O relatório será lido e espero também que seja votado, dependerá naturalmente do desenrolar de todas as páginas da apresentação do relator e encerramos uma CPMI que na história do Brasil teve os melhores resultados”, disse Viana.

O senador afirmou ainda que, caso haja pedido de vista, mais tempo para análise, irá convocar uma reunião de emergência neste sábado para realizar a votação do relatório – data limite de conclusão dos trabalhos.

“Criam-se obstáculos de impedimentos de leituras de requerimento, de aprovação de requerimentos, até que se esgote o prazo e depois não se prorrogue. É o que vai acontecer se não prorrogarmos a CPMI do INSS”, disse o relator do processo no STF, ministro André Mendonça.

“É um caso que envolve o roubo de bilhões de reais dos mais vulneráveis da nossa sociedade: órfãos de suas mães, avós que cuidam dos seus filhos e netos, que não vão ter a resposta ao menos do Congresso no âmbito da responsabilidade política que as minorias pleiteiam o direito de ver reconhecido.”

A tendência de que Mendonça não obtivesse o apoio da maioria dos colegas se confirmou.

O presidente do Senado e o presidente da Câmara dos Depu-



JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Voto do relator, André Mendonça, acabou rejeitado em plenário

tados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmaram a aliados que a prorrogação decretada por Mendonça foi uma intervenção do Supremo em uma prerrogativa exclusiva do Legislativo, o que viola o princípio constitucional da separação dos poderes.

Uma ala de ministros do STF quer usar esse julgamento como plataforma para enviar recados ao Congresso Nacional sobre o que eles classificam como excessos cometidos pelas comissões legislativas.

Esse grupo entende que, em um momento de vulnerabilidade do tribunal em meio aos desdobramentos da investigação sobre o Banco Master, é preciso fixar parâmetros claros à atuação de CPIs, para que as comissões não se transformem em instrumento de intimidação do Supremo.

A avaliação é que, se a corte não estabelecer diretrizes claras, o Congresso pode avançar para além das suas atribuições e forçar conexões entre o objeto da CPI e a

atuação de ministros, o que pode configurar desvio de finalidade.

Na semana passada, Viana pediu ao STF informações sobre um número de telefone que, segundo ele, era vinculado à corte e mantinha contato com ex-banqueiro Daniel Vercaro, dono do Master, que está preso e negocia um acordo de delação premiada. A direção-geral do Supremo afirmou ao parlamentar que a solicitação “demanda melhor delimitação de sua finalidade e de seu alcance”.

Caciques do centrão, lideranças do PT e a cúpula do Congresso avaliam que o STF precisa derrubar a decisão de Mendonça, uma vez que a extensão do funcionamento da CPMI pode tumultuar o processo eleitoral. A avaliação é de que os trabalhos vão acabar sendo contaminados pelas campanhas políticas.

O avanço sobre o caso Master e a imprevisibilidade dos materiais é tratada como uma espécie de caixa de Pandora, que pode afetar nomes de diversos espectros políticos.

Justiça italiana decide aceitar extradição de Zambelli

/ INVESTIGAÇÃO

A Justiça italiana decidiu que a ex-deputada Carla Zambelli (PL-SP) pode ser extraditada para o Brasil para cumprir pena de prisão por duas condenações, conforme pede a Justiça brasileira. A decisão da Corte de Apelação de Roma foi comunicada nesta quinta-feira.

A defesa tem 15 dias para recorrer à Corte de Cassação, última instância do Judiciário italiano. Se assim for, a primeira audiência

pode ocorrer em cerca de cinco meses. Depois dessa fase, a palavra final caberá ao governo italiano, por meio do Ministério da Justiça. Zambelli se diz vítima de perseguição política no Brasil.

O julgamento que levou a essa primeira decisão na Itália sobre o caso havia sido concluído em 12 de fevereiro. O pedido de extradição feito pela Justiça brasileira se refere a duas condenações. Em maio de 2025, a ex-deputada foi condenada a dez anos

de prisão pela invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça e a emissão de um mandado falso de prisão contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

No início de junho, Zambelli fugiu do País. Passou por Argentina, Estados Unidos e chegou à Itália. Ela, que tem dupla cidadania, disse que no país europeu seria “intocável”. Depois de dois meses como foragida, foi detida na periferia de Roma no fim de julho.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323